Data: 28 de novembro de 2014.
Horário: 08h30 às 17h
Local: Hotel Nikko - Sala Takumi – Barão do Rio Branco nº 546, Centro, Curitiba - PR.
Conselheiros membros – Gestão 2012-2015

	Nome		**Condição**	**Órgãos, Entidades e Instituições.**
	Usuários			
1	Claudiney Batista	Ausente	Titular	SINDPETRO
	Luciano Zanetti	Presente	Suplente	SINDPETRO
2	Maria Marucha S. Vettorazzi	Ausente	Titular	FETAEP
	Wilson de Souza Silva	Presente	Suplente	FETAEP
3	Jonas Braz	Presente	Titular	CUT
	Ademir Vidolin	Presente	Suplente	CUT
4	Ildemar Gorges	Ausente	Titular	Força Sindical
	Junior Ribeiro da Silva	Presente	Suplente	Força Sindical
5	Giovane Caetano da Silva	Ausente	Titular	UGT
	Custodio Rodrigues do Amaral	Presente	Suplente	UGT
6	Manoel Rodrigues do Amaral	Presente	Titular	SINDNAPI
	Edvirges de Oliveira	Presente	Suplente	SINDNAPI
7	Livaldo Bento	Presente	Titular	MOPS
	Antonio Barrichello	Justificativa	Suplente	IMOPS
8	Amauri Ferreira Lopes	Presente	Titular	ANEPS
	Edna Soares da Silva	Presente	Suplente	ANEPS
9	Syr-daria Carvalho Mesquita	Presente	Titular	Fórum ONG AIDS
	Rachel Pontes Maciel Romaniv	Presente	Suplente	Fórum ONG AIDS
10	Terezinha Aparecida de Lima	Justificativa	Titular	IBDA
	João Maria Chagas	Presente	Suplente	IBDA
11	Amaury César Alexandrino	Presente	Titular	DEFIPAR
	Tânia Roseli Minusculi	Justificativa	Suplente	DEFIPAR
12	Lívia Diniz Sola	Justificativa	Titular	FAMOPAR
	Sérgio Ferreira Doszanet	Presente	Suplente	FAMOPAR
13	Jiovany do Rocio Kissilevicz	Presente	Titular	CMP
	Celso Tenani Melchiades	Presente	Suplente	CMP
14	Genecilda Gotardo	Ausente	Titular	MST
	Adaíze Citron da Silva	Ausente	Suplente	MST
15	Márcia Beghini Zambrim	Presente	Titular	Pastoral da Saúde
	Antonio Pitol	Justificativa	Suplente	Pastoral da Saúde
16	Clarice Siqueira dos Santos	Presente	Titular	Pastoral da Criança
	Erica Ana Hobold	Ausente	Suplente	Pastoral da Criança
17	Maria Lucia Gomes	Presente	Titular	ASSEMPA
	Rosalina Batista	Presente	Suplente	ASSEMPA
18	Heliana Neves Hemeterio dos Santos	Ausente	Titular	Rede de Mulheres Negras

	Michely Ribeiro da Silva	Presente	Suplente	Rede de Mulheres Negras
	Profissionais de Saúde		**Condição**	**Entidade**
19	Mauricio Portella	Justificativa	Titular	CRF
	Nilson Hideki Nishida	Presente	Suplente	SINDIFAR-PR
20	Wanderli Machado	Presente	Titular	CRESSS
	Sirleide Ferreira de Mauro	Presente	Suplente	AATO
21	Juliano Del Gobo	Presente	Titular	CRP
	Rubia Daniela Thieme	Presente	Suplente	CRN
22	Antonio Rangel	Ausente	Titular	ABEN
	Nelson Mayrink Giansante	Justificativa	Suplente	CRM
23	Sonia Margarete Batista Frade Krachenski	Presente	Titular	CREFITO
	VaneteThomaz Soccol	Ausente	Suplente	CRMV
24	Mariangela de Assis Gomes Fortes	Presente	Titular	ABO
	Leonardo Ferreira Filippin	Justificativa	Suplente	CRO
25	Talita Lisandra de Oliveira Rosa Gomes	Presente	Titular	SINDSAÚDE/PR
	Mari Elaine Rodella	Presente	Suplente	SINDSAÚDE/PR
26	Sebastião José de Oliveira	Ausente	Titular	SINDPREVS
	José Carlos Leite	Presente	Suplente	SINDPREVS
27	Irene Rodrigues dos Santos	Presente	Titular	FESSMUC
	Solange Izabel Marega Batista	Presente	Suplente	FESSMUC
	Prestadores de Serviços		**Condição**	**Entidade**
28	Rosita Márcia Wilner	Justificativa	Titular	FEMIPA
	Antonio Garcez Novaes Neto	Presente	Suplente	FEMIPA
29	Rangel da Silva	Presente	Titular	FEHOSPAR
	Mauricio Duarte Barcos	Justificativa	Suplente	FEHOSPAR
30	Zuleide Bezerra Dalla Costa	Justificativa	Titular	ACISPAR
	Odete Pegoraro Rosa	Ausente	Suplente	ACISPAR
31	Elizabeth Silva Ursi	Presente	Titular	UEL
	Jeremias Bequer Brizola	Presente	Suplente	UEL
32	Ely de Campos	Presente	Titular	UEM
	Tereza Maria Pauliqui Peluso	Justificativa	Suplente	UEM
	Gestores		**Condição**	**Entidade**
33	Angela Conceição Pompeu	Presente	Titular	COSEMS
	Clodoaldo Fernandes dos Santos	Justificativa	Suplente	COSEMS
34	Sezifredo Paulo Alvez Paz	Presente	Titular	Fundo Estadual de Saúde
	Cleide Aparecida de Oliveira	Presente	Suplente	Fundo Estadual de Saúde
35	Rene Jose Moreira dos Santos	Ausente	Titular	SESA
	Marise Gnatta Dalcuche	Presente	Suplente	SESA
36	Moacir Gerolomo	Presente	Titular	Ministerio da Saúde

	Jorge Stoianov Filho	Presente	Suplente	Ministério da Saúde

1. Expediente Interno

2. Ordem do Dia

2.1 Aprovação da Pauta

2.2 Assuntos para Deliberação e Discussão Temática

2.2.1 Mesa Diretora

Encaminhamentos Mesa Diretora:

Justificativas e substituições

Leitura de Expedientes

1° Assunto: Aprovação da Ata da 1ª Reunião Extraordinária do CES/PR, de 13 de fevereiro de 2014 e da Ata da 213ª Reunião Ordinária do CES/PR, de 26 de setembro de 2014;

2° Assunto: Resolução 032/2014 CES/PR;

3° Assunto: Operação Verão;

4° Assunto: Representação do CES/PR no COMSUS;

5° Assunto: Calendário 2015;

6° Assunto: Relatório Final da Capacitação de Conselheiros nas 1ª, 3ª, 9ª, 12ª e 17ª.

7° Assunto: Comissões.

3. Informes

3.1 Informes Gerais.

(F1) Sr. Antônio Garcez (FEMIPA) cumprimentou a todos e iniciou a reunião com a contagem de quórum. Com quórum adequado. Aprovação da pauta. **D. Rosalina (ASSEMPA)** em nome da Comissão de Educação Permanente pediu ponto de pauta. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** informou que a Comissão de Acesso ao SUS também pediu. Informou que a Sra. Cleide da Comissão Organizadora da décima primeira Conferência Estadual de Saúde também pediu, a Comissão de Orçamento também pediu ponto de pauta. Sem mais pedidos de alteração, passou a votação de aprovação da pauta. Aprovada. Então passou para as justificativas e substituições, pois há uma aprovação de ad referendum para ser votada. **Sr. Maurício (Secretaria Executiva)** cumprimentou a todos e começou as justificativas: Sra. Livia Diniz Lopes Sola, Antônio Pitol, Mauricio Portella, Nelson Mayrink Giansante, Zuleide Bezerra Dallacosta, Tania Minusculi, Leonardo Filipin, Rosita Marcia Wilner, Terezinha Lima, Clodoaldo Fernandes dos Santos, Tereza Maria Peluso, Mauricio Duarte Barcos. Substituições: o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná indica a Doutora Vanete Tomas Socol para fazer parte deste Conselho, pediu para ela se apresentar, mas não estava presente. **Sr. Livaldo (MOPS)** justificou o Sr. Antônio Barrichello que por problemas particulares teve que ir embora no dia anterior. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** fez o seguinte encaminhamento da Mesa Diretora. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** informou que o Conselho Regional de Farmácia, pediu a indicação de dois membros do Conselho para acompanhar o material que já foi solicitado pelo Pleno e eles pediram que dois Conselheiros próximos de onde eles se encontram, Londrina e a Mesa Diretora bem como eles se prontificaram a irem, foram o Sr. Manoel e a D. Rosalina. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** explicou que caso alguém tenha interesse pode ser enviado por *e-mail* o oficio do Conselho Regional de Farmácia, pois todos sabem que a assistência a medicamento do SUS é de controle social e o Conselho passou a acompanhar este tópico, então é possível encaminhar a cartilha informando tudo sobre este processo. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** informou que a Ouvidoria da ANVISA disponibilizou ao Conselho o relatório de uma auditoria realizada sobre o relatório anual de dois mil e treze e está disponível no Conselho. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** informou que na última Plenária a Conselheira Zuleide informou que por motivos particulares não poderia participar da Comissão Organizadora da décima primeira Conferência Estadual de Saúde e solicitou uma alteração, no dia catorze, no Seminário da FEMIPA que acontecia em Curitiba tiveram a oportunidade de sentar com os prestadores de serviços e fazer a escolha de uma nova Conselheira, para não atrapalhar o andamento dos trabalhos da Comissão Organizadora da Conferência, então a Mesa resolveu fazer uma Resolução *ad referendum* para que fosse feita esta substituição, dentro do prazo para fazer-se a reunião da Comissão Organizadora na data de ontem. Leu a resolução a respeito do assunto, onde foi decidido a substituição pela

Conselheira Eli de Campos (UEM) do Segmento de Prestadores. Colocou em votação, que foi aprovada. Aprovação da ata da primeira reunião extraordinária do Conselho Estadual de Saúde do Estado do Paraná do dia treze de fevereiro de dois mil e catorze. Colocada em discussão, ninguém se pronunciou. Colocado em votação, aprovada. Aprovação da ata duzentos e treze de reunião ordinária do Conselho Estadual de Saúde do Estado do Paraná do dia vinte e seis de setembro de dois mil e catorze. Colocada em discussão, ninguém se pronunciou. Colocado em votação, aprovada. Lembrou que se possível, na reunião de dezembro, serão votadas as atas números duzentos e catorze e duzentos e quinze, para fechamento do ano com todas as atas aprovadas. Próximo assunto, Resolução trinta e dois de dois mil e catorze do Conselho Estadual de Saúde do Estado do Paraná, lembrou que está na pauta a Resolução trinta e dois, onde será discutida a redação da Resolução e não a questão LOA, que já foi exaustivamente discutida neste Pleno. Colocou em discussão**. Sr. Rangel da Silva (FEHOSPAR)** Comissão de Orçamento, disse que foi definido na Comissão onde foi apresentado duas propostas de redação, colocando que discordam com a proposta de LOA dois mil e quinze da forma como foi apresentada, recomendando a retirada das seguintes iniciativas: quarenta e dois treze, SAS. Quarenta e um setenta e quatro, leite das crianças e quarenta e um setenta e nove, Hospital da Polícia Militar, sendo que esta última poderá ser considerada como despesa com saúde se efetivamente atender os usuários do SUS. Sugestão de redirecionamento dos valores correspondentes, para as demais iniciativas da saúde. E a segunda proposta é manter a Resolução da forma que está. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** colocou que já há então duas propostas e colocou a palavra em aberto para demais discussões. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** informou que ontem na Comissão de Orçamento, o SindSaúde e a FESSMUC, trazem um parecer aos Conselheiros, a respeito do parecer da SESA, então pediu para se manifestar sobre o parecer e logicamente a questão de dois pontos que o parecer aponta. Primeiro, a possibilidade do Conselho Estadual de Saúde do Estado do Paraná rejeitar a LOA, e o segundo, sobre a ilegalidade constante na proposta orçamentária dois mil e quinze dos pontos que foram amplamente debatidos como o próprio presidente da Mesa falou. **Sr. Jeremias (UEL)** pediu questão de ordem e disse que para deixar claro, são dois momentos, uma é a redação e outra é o parecer, deve ser separado. E no momento é a questão da redação. **Sr. Sérgio Doszanet (FAMOPAR)** a Comissão de Vigilância em Saúde, discutiu e não chegou-se a um consenso. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDINAPI) C**omissão de Acesso ao SUS, propõe a aprovação da LOA com ressalvas e que seja indicado os pontos das propostas e os motivos em que há discordância. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** disse que concorda com a situação do parecer, mas entendeu que a Sra. Elaine sugeriu e como os pareceres jurídicos estão diretamente ligados à redação ela propõe que fosse apresentado aos Conselheiros este parecer, ou lido, para que subsidiasse a decisão entre as duas redações sugeridas de Resolução. **D. Rosalina (ASSEMPA)** Comissão de Educação Permanente, disse que a Comissão optou pela segunda proposta encaminhada pela Assessoria Jurídica, encaminhando à Assembleia, tirando do Orçamento os pontos, apesar de concordar que o Programa Leite das Crianças contribui com a saúde, mas que não precisa sair do recurso da saúde. Já da Comissão de Saúde da Mulher, teve a discussão mas tem que encaminhar a ata pois não participou da reunião e a relatora ainda não chegou. **Sra. Syr Dária (Fórum ONG AIDS)** Comissão DST AIDS, foi discutido e ficou acordado que trariam para o Pleno um pedido de esclarecimento dos três pontos. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** complementou que na Comissão de Orçamento, havia um grupo que dizia que podem alterar a Resolução trinta e dois colocando que o Pleno não concorda com a manutenção dos três itens, pelo SindSaúde e FESSMUC, foi feita outra proposta, que o governo estadual trouxesse a esta Plenária que o total de investimentos nestes três pontos fossem remanejados para a iniciativa gestão das unidades próprias e avaliar se a possibilidade dos recursos fosse para a Vigilância e Saúde, esperava que os representantes da SESA disseram que não seria possível, mas esperavam que houvesse um esforço neste sentido. Porque o que foi conversado na Comissão que em hipótese nenhuma este Conselho poderia aceitar o ingresso dos três itens, e assim sendo, a SESA poderia opinar e deveria assessorar este Conselho tecnicamente para onde estes recursos iriam, para então poder alavancar as iniciativas em saúde. Perguntou à SESA, se trouxe alguma proposta, porque entende que se o Conselho Estadual de Saúde do Estado do Paraná tiver esta proposta facilita a chegada num consenso. Pois não está sendo trabalhada a hipótese de aprovar a LOA na íntegra e ainda acha que os conselheiros, tirando os representantes do FUNSAUDE e da SESA, concordam com a retirada destes três itens. Finalizando que um representante levou um contador da entidade e ele inclusive

fez as contas do que o valor representa, e passa de seis por cento do Orçamento da Saúde. Então, ela pediu para ter esta informação para então fazer a leitura do parecer. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** manteve as inscrições. **Sra.Cleide (SESA)** Comissão da décima primeira Conferência informou que ontem na reunião, fizeram uma solicitação de inclusão de pauta para apresentar um modelo de resolução. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** informou que já se encontra na pauta. **Sr. Juliano Del Gobo (CRP)** informou à Mesa que o CRP também trouxe uma proposta de resolução, mas que gostaria de ouvir o parecer primeiramente. **Sr. Sezifredo (SESA)** disse para a Elaine que o que está em discussão não são as iniciativas e sim a nova Resolução trinta e dois, a SESA já apresentou sua proposta de orçamento e foi discutida incansavelmente, ontem nas Comissões. Algumas Comissões retomaram estas discussões. A questão não é alteração da proposta orçamentária, ela já foi feita. O governo acatou, está indo para a Assembleia, o que é para ser discutido é o teor da Resolução, está muito claro que se questiona as atribuições do Conselho Estadual de Saúde do Estado do Paraná em rejeitar uma proposta legislativa. Entendem que o Conselho tem a prerrogativa de expor sua contrariedade acerca das iniciativas, recomendar, rejeitar ações, mas definitivamente não cabe ao Conselho, deliberar, negar, rejeitar, conforme os termos utilizados. **(F2)** aliás, só o legislativo tem este caráter para poder deliberar sobre propostas legislativas. Foi emitido um parecer enviado tempestivamente, não tem proposta que estejam sendo feitas neste momento. Acredita que por questão de ordem deve encaminhar a questão da discussão sobre a Resolução trinta e dois. **Sr. José Leite (SINDPREVS)** fala que após a discussão na Comissão de Vigilância e Saúde ontem, conversou com algumas pessoas, e estas o convenceram a votar nesta Resolução desde que seja uma recomendação e retirada a palavra rejeição, contando que a SESA apresente como irá usufruir destes recursos retirados destes três itens. Porque discordando do que o Sr. Sezifredo falou dizendo que não é o objeto de discussão, ele afirma que é sim, pois no momento que você aprovar o novo texto da Resolução com recomendação e retirando a palavra rejeição e não apresentar a nova composição da peça orçamentária simplesmente será criado um novo dispositivo pois não cumprirá os doze por cento. Este disposto a votar desde que haja recomposição da peça orçamentária. Do contrário se torna incompleta. **Sr. Jeremias (UEL)** em face à colocação do Leite, esclarece que a proposta de redação da Resolução ela inclui que o redirecionamento dos valores correspondentes a estas iniciativas para outras iniciativas. Sendo assim, o Conselho não endossa a aplicação inferior aos doze por cento. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** informa que após a palavra da Elaine, irá retirar as inscrições para passar as propostas de encaminhamento. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** em primeiro lugar disse para a Gestão, que se este Conselho pode dar um passo atrás e não desaprovar toda a LOA e dizer o que o assessor jurídico da SESA descreveu em seu parecer, gostaria que a SESA também desse um passo atrás e dissesse ao Poder Legislativo que este valor será destinado a esta ou aquela ação e não também fosse um jogo no escuro sobre estes milhões de reais em alguma ação que não passou por este Conselho. Então, ela faz estas duas observações, quando a FESSMUC e o SindSaúde fizeram estes apontamentos era com o intuito de chegar a um consenso com a Gestão. Lembrou que muitas vezes neste Conselho, o chefe da Pasta disse que os três itens seriam excluídos paulatinamente para o cumprimento dos doze por cento. Se a Gestão não rever seu posicionamento como o Controle Social vai rever? Pede ao presidente da Mesa, um encaminhamento, neste ponto de pauta, tendo em vista que uma coisa é definir outra resolução ou manter a atual. Quanto ao parecer do Dr. Lorga devem discutir o nosso parecer, pois se o Conselho pode deliberar favoravelmente, porque não pode deliberar rejeitando? E se aceitar só recomendação ou moção, estão descumprindo o Regimento Interno, onde diz que o Conselho deliberará das seguintes formas: resolução, recomendação, moção. Aí está sendo deixado o Controle Social de deliberativo para consultivo e vale pra dizer sim e não vale pra dizer não? Essa separação de pautas, está sendo pedido, pois o parecer do Conselho abrange os dois pontos. E no seu entendimento o parecer da SESA concorda com a ilegalidade dos três itens, pode ser contestado que entendem e inclusive recomenda que sejam aprovados excluindo estes três itens. E entra aqui novamente a pergunta para a SESA: vocês votam excluindo estes três itens ou vai valer a fala do Sezifredo? **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** informa que estão inscritos: Fernanda, Irene, Jeremias, Marise e Solange. Após estes serão feitos os encaminhamentos e a votação para manutenção ou manter a redação da Resolução trinta e dois **Dra. Fernanda (Ministério Público)** primeiramente pediu para esclarecer algumas dúvidas que o MP (Ministério Público) possui. Da SESA, no entendimento de vocês, o que foi mandado ao Conselho Estadual de Saúde do Estado do Paraná? **Sra.Cleide (SESA)** responde que é a Proposta Orçamentária Anual

para dois mil e quinze. **Dra. Fernanda (Ministério Público)** partindo do pressuposto que o Conselho entendeu que se trata da Proposta Orçamentária Anual da saúde dois mil e quinze, lembra que independente da lei estadual que criou o Conselho Estadual de Saúde do Estado do Paraná que estabelece as suas atribuições, remete para a Constituição Federal de oitenta e oito, que regulamentou a Emenda Constitucional vinte e nove, com a regulamentação da Lei Complementar um quatro um de dois mil e doze que estabelece atribuições constitucionais, federais aos Conselhos de Saúde. E ela diz expressamente o seguinte parágrafo segundo do artigo trinta e seis: "*os entes da federação deverão encaminhar a programação anual do plano de saúde ao respectivo conselho de saúde para aprovação antes da data de encaminhamento da lei de diretrizes orçamentárias do exercício correspondente a qual será dada ampla divulgação inclusive por meio eletrônico de acesso público*". O que a Lei Complementar Federal diz é que os entes da federação leia-se o Gestor da Saúde encaminhará ao Conselho o Plano Anual da Saúde para aprovação e não diz que vai encaminhar o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Conselho. Então, o Conselho para analisar o Projeto de Lei Orçamentária da Saúde ele é apenas consultivo. Mas ele será deliberativo para aprovação ou não da Programação Anual do Plano de Saúde. Então, por entendimento do MP o Conselho pode aprovar ou não aprovar como qualquer órgão público. Então, o MP entende que aprovando ou não, este Conselho deve emitir uma resolução fundamentada como toda a decisão administrativa. A princípio, lhe parece que a Resolução do Conselho não faz menção em aprovar ou não, talvez haja uma discussão acerca disso. Na legislação diz-se apenas em aprovar, mas há um contrassenso e se fosse somente para aprovar não haveria necessidade de ser encaminhado ao Conselho. É claro que não compete a nenhum conselho rejeitar ou não um projeto de lei, isso é competência do legislativo, porém aprovar ou não aprovar integral ou parcialmente o Plano Anual de Saúde, pode e deve fazê-lo. E se não aprovar deve especificar o que não aprova e a fundamentação como qualquer ato administrativo deva ser. Talvez a redação desta Resolução esteja um tanto nebulosa e se atrelar a lei federal a este dispositivo ela pode trazer muito mais segurança a este Conselho a aprovação ou não. **Sra. Irene (FESSMUC)** concorda com a posição da Doutora Fernanda e lembra sobre as deliberações feitas sobre a LOA e a necessidade de ser alterada a redação da Resolução e não abre mão de dizer que o Conselho tem sim o poder de dizer que não aprova a proposta apresentada aqui. Essa Peça Orçamentária tem outro peso na Assembleia quando chega com a aprovação do Conselho. E acha que a Sra. Elaine disse bem, pois o Gestor tem a oportunidade de em tempo chegar à Assembleia e dizer que vai revisar por ter uma proposta de Emenda. Porque o Governo não pode pedir um substitutivo e enviar à Assembleia? A votação ainda não aconteceu. **Sr. Jeremias (UEL)** insiste que deve ser redigido novamente na Resolução, levando em conta todos os pontos levantados pelas Comissões. Principalmente os três itens discutidos e não aceitos no Orçamento por parte do Conselho. Com tudo isso, informações que foram passadas de arestas a serem aparadas no decorrer do cumprimento deste Plano, insiste em refazer a formulação do texto da Resolução contemplando tudo o que foi discutido em vinte e cinco de setembro. **Sra. Marise (SESA)** quando a SESA recebeu a Resolução, foi encaminhado à Secretaria da Fazenda uma proposta de retirar estes três itens, mas a Secretaria da Fazenda rejeitou, não é uma opção da SESA, é uma opção do Governo do Estado. Da mesma forma que quem encaminha a Proposta ao Legislativo, é a Casa Civil e não a Secretaria da Saúde, todos sabem que o Orçamento da Saúde compõe o Orçamento do Estado. Esse parecer jurídico não é para o Conselho e sim para o Secretário e ele se respalda para assinar todas as resoluções, qualquer uma. Essa definição da SESA foi feita com base no Acordão com o TCE e se isso for levado ao pé da letra, a rejeição ao Orçamento é entendida que se trata de rejeição a todo ele e não há apenas aos três itens em questão. Se rejeitar o Orçamento é o mesmo que dizer que a Secretaria da Saúde não tenha capital financeiro no ano que vem. Informou que está com dúvidas na fala da Doutora Fernanda, pois trabalham no Conselho com Programação Anual de Saúde e que deve entrar na pauta nos próximos meses e a Programação Orçamentária e ela se confundiu sobre os termos utilizados. Para o Conselho são coisas distintas e bem diferentes. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** disse que fez a leitura dos que tinham inscrições e que a partir do momento em que se começa a falar sobre as mesmas coisas, então vai passar para a votação de mudança ou não de redação e aí vão "*linkar*" se for para alteração aos encaminhamentos. Explicou que foi feito um processo administrativo para agilizar sendo que essas resoluções vão direto para o jurídico da SESA para então chegar ao Gestor, ficou então parecendo que quem pediu o parecer do jurídico foi o Conselho, mas não é o Conselho, quem pede o parecer para poder ter como homologar ou não, é o

Gestor. Quando tomado conhecimento, já foi feita a contraordem, e esclareceu que não é o Conselho que pede o parecer do jurídico. Não que estava errado, mas o certo será encaminhado ao jurídico para fazer homologação. **(F3) Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** pediu questão de ordem, na fala da Marise, ela disse que o parecer é um parecer para o Secretário, Marise, porque no artigo terceiro do Regimento Interno: parágrafo quinto, uma vez aprovação à resolução, recomendação, moção ou diligência entrará em vigor imediatamente salvo determinação diferente aprovada na própria deliberação da Plenária. Paragrafo sexto: as resoluções aprovadas pelo Plenário serão obrigatoriamente homologadas pelo Secretário de Estado da Saúde, em um prazo de trinta dias dando-lhe publicidade oficial quando entrada em vigor. Porque o parecer da SESA veio para o Conselho? Quando o Secretário não tinha homologado. Então, não era um parecer da SESA para a SESA é um parecer da SESA para o Conselho que está sendo discutido sim para homologação ou não desta Resolução. Então acredita que não está sendo discutido um parecer da SESA para a SESA, tanto que foi colocada em pauta. Então é uma questão de ordem, pois fere o Regimento Interno. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** disse que deve ser esclarecido a forma como lê o Regimento. O parecer é a justificativa que o jurídico deu ao Executivo para homologar ou não a Resolução. O Executivo mandou para o Pleno que não homologava com sua justificativa colocando o parecer. Foi feita a leitura e o Pleno pediu que os documentos fossem entregues a todos os Conselheiros. E assim foi feito. Não foi ferido em nenhum momento o Regimento. Houve o equívoco de ser enviado ao jurídico antes de enviar ao Executivo. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** o interrompe e questiona: o parecer jurídico da SESA que veio ao Conselho também está em debate hoje? **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** esclareceu que não. O que está sendo discutida é a redação da Resolução. E foi pedido na Plenária anterior que fosse discutido isso nas Comissões, isso foi feito? **Sr. José Leite (SINDPREVS)** pede questão de ordem e explica que vem no intuito de chamar atenção, pois esta discussão está perdendo a razão no momento em que o parecer jurídico aponta que na Resolução precisa de alterações para que seja aprovado. Tendo em vista que ela rejeita a Proposta Orçamentária como um todo. A discussão da Resolução está sendo discutida, pois está sendo pedido no parecer que sejam apontados quais os pontos de divergência na proposta. Já é um consenso de que precisa ser alterada a Resolução e de qual forma será feita a recomendação da nova redação da Resolução. **Sr. Sezifredo (SESA)** pediu questão de ordem: acredita que a Sra. Elaine seja perspicaz, mas esqueceu de um ponto em sua fala. O artigo vinte e nove que embasou o posicionamento do Secretário de Saúde remetendo o pedido de avaliação da Resolução, também está baseado no Regimento do Conselho, parágrafo sete: decorrido o prazo mencionado e não sendo homologada a Resolução e nem enviada pelo Gestor ao CES justificativa com proposta de alteração a rejeição a ser apreciada na discussão seguinte do Plenário, as entidades, instituições ou órgãos que constituem o CES podem buscar a validação das resoluções buscando os órgãos competentes. O Secretário encaminhou, consta na última página da Resolução, tem a data de envio ao jurídico e foi cumprido integralmente o que está no Regimento e pediu que na próxima vez que for dada a informação ela seja completa para não induzir os Conselheiros a erro. **Sr. Moacir (Ministério da Saúde)** pediu questão de ordem. Pediu que a Mesa encaminhasse a discussão pois o assunto está se perdendo e não está entendendo o que acontece, que as falas vão e voltam e não entende o que está sendo discutido. Já ficou claro que a LDO não está em discussão, mas quanto a Resolução precisa ser debatida logo para poderem dar andamento à pauta. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** esclareceu que a fala do Moacir é uma questão de encaminhamento, mas deixa claro que já gostaria de ter votado, pois para ele tudo o que foi dito já é de conhecimento de todos e como são pedidos de questão de ordem, ele se obriga a deixar a fala correr, bem como assuntos regimentais. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** disse que o que deve ser debatido hoje é se a Resolução mantém ou modifica. E a outra situação é o que foi dito anteriormente e que a Doutora Fernanda falou sobre a Lei Complementar e ainda questionou o parecer da SESA enviado ao Conselho, pois discorda da fala da Marise que este parecer é da SESA para a SESA, e afirma que se a SESA não fizer um pronunciamento quanto aos valores a serem utilizados depois de exclusos da LOA, nunca mais este Conselho poderá deliberar, pela não aprovação. Alertou aos Conselheiros, quanto ao seu bom senso. Fez ainda uma proposta de encaminhamento uma questão é a Resolução e a outra é o parecer da SESA no que tange ao poder deliberativo ou não para aprovação das propostas da Gestão. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** explicou que o parecer, partiu do jurídico para o Executivo que geralmente solicita. E o Executivo enviou ao Conselho como justificativa. Está sendo discutido a obviedade das coisas. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** dentro da discussão,

talvez o argumento apresentado pode ajudar a chegar a uma redação de consenso, muito concordaram que quando a Elaine sugeriu que os investimentos das três rubricas e a própria SESA concorda com isso e fizessem uma redação condicionando de que os recursos previstos nos itens tal, tal e tal sejam remanejados para os itens, gestão de unidades próprias e vigilância em saúde. Se isso for consenso muda-se nestas condições. E aí o Gestor já sabe que se aprovar isso, tem o compromisso do relatório de Gestão, muito sério, pois é lá que se pegam as coisas. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** explica que deve colocar em votação mesmo sendo óbvia a solicitação, pois é uma questão legal. Colocou então em votação a manutenção da redação da Resolução. Em seguida colocou em votação a alteração da redação da Resolução. Foi aprovada a alteração da redação da Resolução, tendo uma abstenção. Esclareceu que passa as propostas de encaminhamento, diferente do que já foi encaminhado. **Sr. José Leite (SINDPREVS)** esclareceu que ouviu uma fala e considera uma proposta bastante viável da Sra. Solange, mas ouviu uma frase se é pertinente ou não. Desde que esteja condicionado, deve ser verificada a formalidade e a legalidade de ser colocado desta forma. Tem dúvidas neste termo. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** explica que o Sr. Leite está certo e pede para alguém esclarecer essa palavra é adequada ou não, pelo jurídico não é. Sugere então a busca de outra palavra. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** sugere a palavra direcionada. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** conforme jurídico esta palavra fica boa. **Sr. Sezifredo (SESA)** acredita que a proposta da Solange, precisa apenas de bom entendimento porque vem de encontro ao que a Comissão de Orçamento havia relatado. Pediu para ouvir de novo a proposta. E explicou que pode haver uma questão prática de dificuldade em definir hoje pela SESA se, a Assembleia não aprovar o Orçamento, como será definido dentro da SESA tendo em vista que este Orçamento é componente do Orçamento total do Estado. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** explica que já tem uma proposta que está muito próxima do que está sendo colocado e perto de fechar. **D. Rosalina (ASSEMPA)** ela pediu que todos ponderassem o trabalho no Conselho, pois passa-se o tópico para as Comissões, elas trazem as sugestões e durante a Plenária é desqualificada. Pede que seja respeitada o que as Comissões encaminham ou não existem mais as Comissões e faz-se somente a Plenária e apresenta. Pediu que sejam ponderados os itens trazidos pelas Comissões. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDINAPI)** falou sobre o que colocou no início da Plenária uma proposta da Comissão de Acesso ao SUS. Repetindo: propõe a aprovação da Proposta Orçamentária da Saúde para dois mil e quinze com ressalvas e que seja indicado os pontos das propostas em discordância e os motivos em que há divergência nas propostas desta Resolução. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** diz que para ser construída esta Resolução, precisa ser observado o ensinamento do MP dado anteriormente. Pois ele informa que precisa ser justificada a aprovação parcial então como pré-proposta de um cabeçalho mais ou menos assim: que o Conselho debateu a proposta do Poder Executivo da LOA dois mil e quinze e considerando o artigo tal (das iniciativas das leis orçamentárias) e decide aprovar parcialmente a LOA dois mil e quinze excluindo as iniciativas e no item seguinte colocar indicando ou definindo que o mesmo valor seja direcionado as ações que a Solange falou. **Sra. Irene (FESSMUC)** concorda com a Elaine e completou que concorda com a Sra. Rosalina que devem ser respeitadas as deliberações das Comissões, mas que lembra ontem na Comissão de Orçamento não se teve consenso. Acredita que não é por isso que não tenha mais Comissões, ela cumpre seu papel. Finalizou para a Sra. Elaine que deve ser citada o valor individual de cada iniciativa por ser um documento histórico e se precisar dos valores individualmente fica mais fácil o debate do remanejamento. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** as Comissões, muitos pontos da proposta a ser fechada hoje, foram trazidas pelas Comissões. A Comissão discute e na junção de todas as Comissões reúnem e formam o compilamento de todas. **(F4)** então a discussão de ontem, gera o fruto de hoje. Entendeu que a proposta da Elaine é um pouco maior que a proposta da Solange, que é um pouco maior da proposta apresentada anteriormente pelas Comissões. O que precisa ser feito é uma proposta de Resolução que legalize ou deixe o Conselho mais seguro que está cumprindo seu papel. Acha que o introdutório legalizante mostrando os pontos que levaram o Conselho a tomar estas decisões, a questão da parcialidade é consenso, todos se mostram favoráveis a aprovar a LOA parcialmente, colocar a parte que não concorda faz parte e é direito do Conselho. Acha muito prudente sim, não colocar somente as iniciativas, mas bem como seus valores também. E por último, deve ser feito um indicativo de que outros setores este montante deva ir. Tem mais algo a ser acrescentado? **Sra. Marise (SESA)** sugeriu que ao invés de serem remanejados para os itens, deixar um pouco mais geral, por exemplo: serem remanejados para iniciativas da SESA de acordo com a Lei Complementar um quatro um. Tendo em vista que a SESA indicou que

talvez não consiga remanejar para estas iniciativas que foi pensado em citar. **Sr. Sezifredo (SESA)** sugere que deixe as iniciativas e abre a possibilidade que se contemple outras iniciativas previstas e de acordo com a Lei um quatro um. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** fala em usar a palavra prioritariamente, usar prioritariamente nestas áreas. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** entregou na mesa de som uma proposta de Resolução. Ela acha que remanejar para as iniciativas da SESA pode ser de novo qualquer item do Orçamento, pois como pode o HPM receber "x" milhões e ter duas alas SUS fechadas remanejando para o HP e para o Cajuru. É por isso que propõe a defesa do patrimônio público. E porque defende Vigilância em Saúde? Porque quer proteger a saúde do trabalhador, e não só do SUS, a saúde da costureira, do torneiro mecânico. Lógico que olhando a SESA, o LACEN precisa de muito investimento, pois vem aí uma grande reforma. E por isso insiste que a SESA acolha a pretensão do Conselho como o Conselho acolhe a pretensão da SESA assim um passo de cada vez e de cada lado. **Sr. Jeremias (UEL)** sugeriu que troque o texto para aprova parcialmente a Proposta Orçamentária para a Saúde dois mil e quinze. Tem que ficar claro isso. **Dra. Fernanda (Ministério Público)** não consegue entender nesta redação o que o Conselho aprova e o que ele não aprova. Se o Conselho aprova parcialmente, ele aprova, mas se ele aprova parcialmente, tem que deixar claro o que ele não aprova. Todo o ato administrativo deve ser fundamentado. Se o Conselho não vai aprovar alguma coisa, o que ele não vai aprovar e por que. Depois nessa Resolução se quer continuar no mérito de remanejar este recurso, tudo bem, é direito do Conselho, mas precisa deixar claro e fundamentado para o MP. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** explica que isso já está nos considerandos, deixando para a Marise e a Elaine. **Sra. Marise (SESA)** sugeriu a colocação da palavra preferencialmente. **Dr. Carlos (Jurídico da SESA)** esclareceu que a Doutora Fernanda está correta, todo o ato administrativo deve ser fundamentado, como no corpo da Resolução tem os considerandos é lá que deve colocar as iniciativas tal, tal e tal no entendimento do Conselho não está de acordo com a Lei um quatro um. Ele acha que isso está dentro das prerrogativas do Conselho e não infringirá em nada as competências do Conselho. Ratificou junto à Doutora Fernanda o ato como sendo juridicamente viável. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** sugere que desmembre no considerando cada iniciativa com aquele inicial que a Elaine fez. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** colocou-se à disposição para fazer os considerandos e garantir a legalidade do ato, trazendo para votação no período da tarde. Outro ponto é que nesta proposta seja desmembrado em itens: a) aprovar parcialmente a Proposta Orçamentária dois mil e quinze para a Saúde. B) não aprovar os recursos destinados às iniciativas tal, tal e tal; c) não aprovar as iniciativas, descrever os itens; d) que os valores recorrentes dos itens citados no item anterior sejam remanejados para os itens, gestão de unidades próprias e Vigilância em Saúde. Volta a alertar, que quando se fala em preferencialmente não amarra, e as iniciativas que os Conselheiros percebem que faltam recursos, vão continuar padecendo de recursos. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** sugere que os considerandos que é a parte legal e vai embasar os artigos, e pediu para os que têm entendimento ajude a montar e à tarde vota-se neste ponto. Já o corpo, precisa ser feito já, pois tem algumas dúvidas que não podem ficar para depois. **Sr. Jeremias (UEL)** disse que o primeiro artigo poderia ser: discordar com a Proposta Orçamentária Anual da Saúde na forma apresentada. Dois, recomendar que seja retirada dos itens, e então um terceiro especifico do remanejamento. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** disse que está parado em duas ou três palavras e pediu para a Plenária considerar a possibilidade de quem tem o entendimento para fazer os considerandos, uma vez que já está concordado em consenso com o que o Conselho quer. Se pudessem à duas ou três pessoas fecharem isso, sugeriu a Elaine, Jeremias e a Doutora Fernanda e o Doutor Carlos. Se a Plenária e eles concordarem. **Sr. Sezifredo (SESA)** pediu questão de ordem, tanto o Doutor Carlos quanto a Doutora Fernanda eles tem agendas relevantes, para que eles o façam ainda pela manhã. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** informa que a votação será à tarde, mas que deve ser feito pela manhã. E coloca em votação, aprovado que o texto seja alterado ainda pela manhã, com o auxilio da Sra. Elaine, Sr. Jeremias, Doutor Carlos e Doutora Fernanda. **Sra. Irene (FESSMUC)** fez um encaminhamento, pois durante os trinta dias até a Resolução trafegar dentro da SESA, então propôs que o Conselho fizesse um expediente na Assembleia Legislativa e que marcasse um dia com a Comissão de Saúde e tivessem uma conversa ou os traga aqui para expor o posicionamento do Conselho diante disso, pois ela será votada dentro destes trinta dias, e aí não terá tempo hábil até a votação e eles poderão fazer uma emenda. **Sr. Rangel (FEHOSPAR)** na verdade já está na Proposta de Orçamento, será redundante. Pois tem uma proposta da Comissão de Orçamento para discutir junto à Comissão de Orçamento da Assembleia para apresentar esta Resolução. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** determinou que a

Comissão de Orçamento faça a representação do Conselho junto à Assembleia Legislativa. Colocou em votação. Aprovado. Próximo assunto. Operação Verão. **Sra. Olga Deus (SESA)** apresentou-se e a suas colegas de departamento, começando a apresentação sobre o assunto específico. Descreveu as ações e todos os elementos que estarão disponibilizados no litoral paranaense para atender a região. Após a apresentação finalizou e colocou-se à disposição para dúvidas. **Sr. Sezifredo (SESA)** complementou que também tem a parte de Vigilância em Saúde e a Operação Verão visa disponibilizar serviços e tecnologia coletiva, **(F5)** com enfoque em agravos, e continuou a apresentação do complemento da Operação Verão e suas ações. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDINAPI)** agradeceu em substituição ao Sr. Neto que precisou se ausentar. **Sr. Moacir (Ministério da Saúde)** falou que esteve na Ilha do Mel e questionou se o atendimento continua precário, pois o médico de plantão não atendia. O acompanhamento da Ouvidoria está acontecendo? Como é o acompanhamento? **Sr. Nilson (SINDIFAR)** informou que ele é o responsável farmacêutico no fornecimento de insumos e no acompanhamento do fornecimento de medicamentos para a Operação Verão e está com a equipe focada em fornecer e contatar os secretários de saúde a serem atendidos. Além de montar uma rede de troca de medicamentos entre municípios para não desabastecer os municípios a serem atendidos. **Sr. Sérgio Doszanet (FAMOPAR)** questionou se os profissionais retirados e ambulâncias retiradas serão levados ao litoral e nestes lugares de onde serão tirados não ficaram desguardados? **Sr. Juliano Del Gobo (CRP)** a SESA sempre demonstra vários problemas e acumulam no litoral nesta época. Então alerta quanto ao uso de álcool e outras drogas. Existe alguma ação além de combate pela polícia, quais as estratégias que serão adotadas pela SESA? **Sra. Olga (SESA)** respondeu primeiramente ao Sr. Moacir, e explicou que é feita uma contratação temporária na área destes profissionais, porque não há possibilidade de fazer licitação temporária, e a questão de responsabilidade técnica é a cargo de um coordenador médico para supervisionar estes profissionais, e outro coordenador de enfermagem para ficar como responsável técnico. E há pessoas responsáveis para responder. E tem a equipe da SESA que acompanha, chefe do SAMU, coordenadores dos hospitais, então já são acompanhados regularmente nestas cidades. Não serão retirados de nenhum lugar, serão todos contratados temporariamente. Quanto aos veículos que serão levados, são quatro veículos novos que foram comprados e estão chegando e quando terminar a Operação Verão eles voltarão para a SESA encaminhar para as regiões necessitadas. **Sr. Sezifredo (SESA)** respondeu especificamente a pergunta do Sr. Juliano, levando em conta que a pergunta foi muito pertinente e importante, contou a ação de uma reunião com os municípios do litoral que tem ações especificas para estes problemas de drogas e álcool. Alguns têm até núcleos de atendimento de prevenção e combate à violência e drogas e foram discutindo essa questão. Tem que ser uma ação inter setorial e com trabalho de prevenção, já tem material educativo sobre o assunto principalmente álcool, tem ações de distribuição deste material no pedágio, junto aos turistas e várias ações. Colocou-se à disposição em mandar posteriormente as ações detalhadas para o Juliano. Lembrou das ações do Detran e que pretende-se repetir este ano. **Sra. Silvana (ASSEMPA)** se apresentou e sugeriu que os materiais sejam distribuídos também nas barcaças para alcançar os ilhéus que muitas vezes ficam sem estas informações por dificuldades de comunicação e até de infraestrutura local. Sugeriu também que forme parceria com as associações de moradores de cada ilha para fazer um inventário local com questionário de saúde e remeta a situação de cada ilha, pois alertou as doenças específicas dos ilhéus e dificuldades com a estrutura do local e que eles enfrentam problemas específicos como casamento consanguíneos, ações de traficantes que é sem controle, são situações graves, e acesso aos folhetos educativos é difícil. Falou de Tuberculose e Hanseníase muitas vezes sem um atendimento e controle por desinformação. O que buscar, quem buscar. Pediu também pela SESAI, fazer atendimento aos indígenas, para trabalhar com as aldeias, em parceria com seus caciques, indo ao encontro deles ou trazendo para formar esta parceria. **Sra. Olga (SESA)** respondeu à Silvana que os pontos levantados são extremamente importantes, mas se tratam de trabalho rotineiro, mas que é possível, que os gestores das secretarias municipais negociem e utilizem materiais e medicamentos podem ser destinados aos ilhéus sem problemas. E demais ações devem ser conversadas com os municípios para que cheguem aos ilhéus. Isso não foi apontado em reuniões, mas serão levantados esses pontos e será analisado para destinação de medicamentos. **Sr. Moacir (Ministério da Saúde)** falou para a Sra. Silvana que conhece bem o trabalho aos indígenas e informou que há uma rede enorme de atendimento a eles. Se não está funcionando deve ser formalizado ao Ministério da Saúde. Deu exemplo da Caximba em Curitiba. E frisou que

deverá ser comunicado ao Ministério, pois é muito recurso dispensado a saúde dos indígenas. **Sra. Silvana (ASSEMPA)** tornou a falar que se trata especificamente das aldeias litorâneas, que elas ficam em locais de difícil acesso e por isso é mais complicado o atendimento. **Sr. Moacir (Ministério da Saúde)** falou novamente que eles devem ter o atendimento especifico e custeado pelo SUS. **Sra. Silvana (ASSEMPA)** afirma que sabe disso, mas que não é o que acontece. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** alerta ao fato de estar fugindo da pauta e pede que seja criado uma pauta numa reunião para discutir exatamente este assunto. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDINAPI)** pediu questão de ordem, pois acredita que o assunto não está fora de ordem, pois está tratando de um assunto relacionado à Operação Verão, pois estes indígenas irão tentar negociar seus artesanatos e seus produtos aos turistas durante a temporada de verão. Acha que o assunto como um todo faz parte da pauta. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** explica que se preocupou relacionado as inscrições e sinalizações da Mesa e sugeriu encaminhar para abertura de nova pauta. **Sr. Moacir (Ministério da Saúde)** falou que concorda então com o encaminhamento. Convidando um representante da SESAI no Paraná para falar a respeito. **Sra. Silvana (ASSEMPA)** concorda. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** pergunta se pode ser feito um encaminhamento de pauta sobre este assunto **(F6)** pergunta se podem fazer assim. **Sra. Silvana (ASSEMPA)** concorda, pois a responsabilidade é do SESAI e o Conselho Estadual de Saúde do Estado do Paraná estará assumindo o erro. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** informou que sobre as ilhas, tiveram algumas demandas e ao verificar junto ao local, e detectaram que a pessoa responsável pelo abastecimento de medicação não estava indo trabalhar então isso foi solucionada em uma das ilhas e está sendo verificado em todas as ilhas, e o Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá está acompanhando e na próxima reunião a ser feita na Ilha do Mel em dezembro terão mais notícias acerca do assunto. Até para resolver problemas de um funcionário que está doente e verificar a Operação Verão. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** informou que ainda tinham inscritos e perguntou se mais alguém quer falar. **Sra. Michele (Mulheres Negras do Paraná)** referente à contratação de temporários e também os coordenadores também seriam temporários. Perguntou se além do *déficit* de profissionais, se preocupa a forma como será feito o atendimento mesmo que tenha treinamento, pois serão fiscalizadas? Diante das políticas de saúde e atendimento e protocolo de atendimento aos usuários se eles serão fiscalizados diretamente? **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** informou que não serão mais passados para palavra acerca deste assunto, uma vez que tem uma pauta para cumprir e as inscrições já estavam encerradas. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** pediu desculpas, pois não estava na reunião uma vez que estava fazendo a Resolução, mas informou que a pauta foi solicitada pelo SindSaúde e tem uma preocupação muito grande com a Operação Verão por falta de estrutura no litoral como um todo. A própria Gestão fala que tem dificuldade muito grande em manter um atendimento condizente no litoral durante este período. Toda a demanda ou quase toda a demanda começam o atendimento no Hospital regional do litoral onde tem uma carência muito grande de obras e falta de pessoal bastante acentuada. E nos dois últimos anos quando se contrata uma empresa terceirizada para alocar recursos humanos lá, por um curto período de tempo, observa-se que a maioria dos profissionais contratados são de início de carreira e que a enfermagem em geral distribui estas pessoas para trabalhar na UTI, mas no pronto socorro uma UTI improvisada, foi pedido esta pauta, para saber do conjunto, entretanto gostaria de fazer o pedido/recomendação para conversar com a direção dos Hospitais Regional do Litoral e de Guaraqueçaba levantando as demandas existentes, material e perfil de quem vai entrar. Sabe-se que o recém-formado precisa de campo de trabalho, mas precisa ser analisado que os recém-formados não sejam alocados nas UTI´s e nem na precária UTI do pronto socorro. Esse é o pedido para salvaguardar a qualidade de atendimento no litoral. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** abriu a palavra a quem estava lá fora fazendo a Resolução, mas como mais ninguém se pronunciou passou a palavra para a SESA responder. **Sra. Olga (SESA)** respondeu primeiramente à Sra. Michele, a coordenação será feita por temporários, mas que em todos os lugares tem direção para fiscalizar o atendimento dentro dos Hospitais citados. O corpo clínico será mantido no litoral. Por isso caberá ao diretor daquele hospital comunicar em caso de falta do profissional temporário ao plantão. Quanto aos profissionais recém-formados contratados não há o número exato, mas eles estão para compor a equipe, não para substituir, mas sim terá tomado o cuidado em relação a isto. Tem que ter o olhar da SESA, mas também dos municípios. Em relação aos insumos já foram entregues setenta por cento dos insumos demandados e inclusive a Fernanda que fez todo o acompanhamento de compra e entrega destes cento e quatro itens de insumo e cento e quatro itens de medicamentos, sendo setenta por cento dos insumos entregues e quarenta por cento dos medicamentos entregues.

Quanto à quantidade de profissionais recém-formados contratados, não sabe quanto foi estimado, porém será observado e acha pertinente a colocação da Sra. Elaine. Mas pode afirmar que eles não estarão sozinhos, tem o corpo clínico dos hospitais para acompanhar, mas está sendo primado a questão da qualidade do atendimento sem problema algum. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** agradece as pessoas e retoma o segundo assunto, leitura da Resolução para posterior votação. Foi colocado em tela e feita a leitura a partir dos três primeiros parágrafos: Considerando que: o prazo limite para envio da Proposta de Lei Orçamentária Anual – dois mil e quinze ao Conselho Estadual de Saúde – CES/PR não foi cumprido pelo Poder Executivo, conforme determina a Legislação vigente; A agenda mínima do CES/PR não foi cumprida, pois o Conselho Estadual de Saúde, conforme disposto em seu Regimento Interno do CES/PR, aprovou que o debate da Proposta de Lei Orçamentária Anual para dois mil e quinze seria feito no dia vinte e oito de agosto de dois mil e quatorze, a qual não foi cumprida; Após o não cumprimento da Agenda Mínima dois mil e quatorze, foi deliberado na ducentésima décima segunda Reunião Ordinária do CES/PR, outra data para reunião extraordinária, porém a mesma também não foi cumprida, ocorrendo o debate da Proposta de Lei Orçamentária Anual dois mil e quinze somente na ducentésima décima terceira Reunião Ordinária do CES/PR, no dia vinte e seis de setembro de dois mil e quatorze; A Lei complementar um quatro um dois mil e doze, em seu artigo quarto, inciso quatro e oito, veda a inclusão da Iniciativa quatro um sete quatro – Recuperação de Deficiência Nutricional/Leite das Crianças; A Lei complementar um quatro um dois mil e doze, em seu artigo quarto, inciso três, veda a inclusão da iniciativa quatro um sete nove – Serviços de Saúde/HPM e Iniciativa quatro dois um três – Gestão de Saúde dos Servidores e seus Dependentes; A Lei complementar um quatro um dois mil e doze, em seu artigo trinta, parágrafo quarto determina atribuição ao Conselho Estadual de Saúde do Paraná para deliberar sobre as diretrizes para o estabelecimento de prioridades para a Proposta de Lei Orçamentária Anual – dois mil e quinze; Resolve: Artigo primeiro aprovar parcialmente a Proposta de Lei Orçamentária Anual – dois mil e quinze para a Saúde, com as seguintes ressalvas pela não aprovação: um - Iniciativa quatro um sete quatro – Recuperação de Deficiência Nutricional/Leite das Crianças oitenta e quatro milhões setecentos e vinte e três mil e sessenta reais; dois - Iniciativa quatro um sete nove – Serviços de Saúde/HPM quarenta e um milhões seiscentos e nove mil seiscentos e noventa reais; três - Iniciativa quatro dois um três – Gestão de Saúde dos Servidores e seus Dependentes cento e oitenta e um milhões, cento e setenta e cinco mil, setecentos e oitenta reais. Artigo segundo: Os recursos correspondentes a essas iniciativas sejam remanejados para atividades típicas da saúde na forma do artigo terceiro da Lei Complementar um quatro um dois mil e doze. Artigo terceiro: Esse Conselho recomenda que a Assembleia Legislativa observe o conteúdo dessa Resolução. Artigo quarto: Essa Resolução entra em vigor na forma estabelecida no Regimento Interno do Conselho Estadual de Saúde. Curitiba, vinte e oito de novembro de dois mil e quatorze. Antonio Garcez Novaes Neto Presidente do CES/PR, homologo a Resolução CES/PR número trinta e dois catorze, nos termos do Parágrafo segundo, artigo primeiro da Lei Federal número oito mil cento e quarenta e dois, de vinte e oito de dezembro de mil, novecentos e noventa. Michele Caputo Neto Secretário de Estado da Saúde. Aprovado sem abstenções. Sr. Antônio agradeceu aos envolvidos na redação da Resolução e confirmou que não se trata mais de proposta de Resolução e sim da Resolução a ser enviada à Assembleia. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDINAPI)** lembrou que essa discussão remete há muitos anos atrás neste mesmo Conselho em dois mil e dois como presidente em exercício, chamaram a imprensa para divulgar o Orçamento anual. Leu a convocação da imprensa para a reunião em questão, chamando na Assembleia e foram levados os documentos para a divulgação, acha muito importante que a iniciativa da Comissão de Orçamento chamar a imprensa para divulgar as deliberações feitas na Resolução para a população. Parabenizou a todos. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** passou ao quarto assunto, sobre a reapresentação e discussão sobre a substituição do representante no COMSUS, uma vez que a representante escolhida anteriormente não frequentava e isso trouxe a dificuldade do Conselho poder apresentar qualquer avaliação do COMSUS. Alertou que o novo representante deve ser Usuário. Abriu para indicações. Sr. Sérgio se inscreveu. Colocado em votação. Aprovado. Próximo assunto, calendário dois mil e quinze. **Sr. Maurício (Secretaria Executiva)** apresentou o Calendário de Reuniões de dois mil e quinze. Informou as datas e suas respectivas equipes de reuniões. Informou que após aprovação estará disponibilizado no *site* do Conselho. **(F7) Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** reforçou que em dezembro será colocado em reunião a Agenda Mínima, tendo em vista as atividades de fevereiro. Colocou em discussão, ninguém se pronunciou. Passou para a votação.

Sra. Irene (FESSMUC) questionou quanto às reuniões extraordinárias para análise das contas senão deveriam fazer parte do Calendário. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** informa que estes assuntos são previsíveis e por isso não devem ser resolvidos e debatidos em reuniões extraordinárias e sim nas ordinárias. Caso haja necessidade por questão de tempo, de se criar uma extraordinária, será criada. Mas o que houve é que no ultimo calendário foi feito uma previsão que não daria tempo para não discutir e geram-se as extraordinárias. Mas pelo conceito de extraordinária é coisa que eventualmente terá reunião. Exceto reunião de eleição, pois regimentalmente é obrigatória gerar reunião extraordinária para isso. Não pode ser esquecido que isso gera custo e dificuldade para conseguir passagens, hospedagem, etc... **Sra. Syr Dária (Fórum ONG AIDS)** as reuniões da Comissão da décima primeira Conferência, não deveriam estar previstas no Calendário. Ontem teve reunião e ela não ficou sabendo. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** informou que a Secretaria Executiva possui uma justificativa de não comparecimento à reunião ontem. Foi fechado que a Comissão Organizadora irá se reunir nos mesmos dias das demais Comissões e quando necessário, por isso não está previsto no Calendário. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** esclareceu que no dia dezessete não é da Comissão Organizadora é da Comissão que todos podem participar para fazer um estudo do Regimento. **Sra. Sonia M. Batista Krachenski (CREFITO)** perguntou que como não foi possível fazer uma reunião fora de Curitiba se está previsto para ano que vem uma reunião fora, nas Macrorregionais. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** explica que será colocada na Agenda Mínima, pois precisa de debate em Pleno. **Sr. José Leite (SINDPREVS)** uma vez que já foi deliberado a reunião fora de Curitiba, então deve estar contemplado em Agenda. Mas como já está prevista não vê motivo para isso. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** disse que independente de onde seja a reunião, tem que ser cumpridas as datas do Calendário, pois é a agenda de reuniões previstas do Conselho. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** retomou a questão do Calendário se uma vez aprovadas estas datas, é “imexível”? Pois quer insistir na proposta da Irene devido a Lei Orçamentária e prever reunião extraordinária e em março precisa de reunião extraordinária, pois junta LDO e Relatório de Gestão. Propõe que em março e agosto tenham reuniões extraordinárias. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** reforça a questão de extraordinárias deve ser composta na nova Mesa e é incoerente ter extra de coisas previsíveis. Sai do conceito de extraordinárias e sugere então que tenham reuniões ordinárias de dois dias. Pois as extraordinárias, causam para quem vai organizar as reuniões um grande transtorno e dificuldades, ter que ligar, porque muda, passagens, hospedagens, etc... inclusive cita que graças às Comissões os assuntos estão vindo mais preparados e com isso debate-se e chega a conclusões muito mais rapidamente. **Sr. Jonas (CUT)** pediu esclarecimento da ausência de reuniões em janeiro e em sequência é necessário uma extraordinária para repor a de janeiro. Entende que a reunião extraordinária de fevereiro seja para a eleição. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** explicou o fato e disse ser favorável a reunião ordinária de tempo maior do que prever extraordinária. **Sr. José Leite (SINDPREVS)** concorda com o presidente da Mesa. E as extraordinárias devem ser para tratar assuntos alheios à LDO e LOA, pois estes são assuntos certos, não se prender a gerar reuniões extra sem necessidade. Pois é situacional. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** reforçou os conceitos das reuniões. **Sra.Cleide (SESA)** falou que o fato da última reunião de dezembro ser na semana que antecede às festas. Sugere que a última reunião, fosse na semana anterior. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** disse que vai analisar e montar uma proposta para ver se consegue agradar a todos. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** colocou a questão da Comissão Organizadora foi acordado desde o ano passado que as reuniões seriam no horário das Comissões, pois os Conselheiros já estariam em Curitiba. E como experiência de coordenador de outras conferências deu certo. **Sr. Moacir (Ministério da Saúde)** questionou a data da Conferência em setembro, se as secretarias municipais terão tempo hábil para fazer suas conferências. Falou novamente sobre os conceitos e afirma que concorda com o presidente e ainda frisa que as reuniões tem alto custo e por isso não devem ser utilizadas com muita frequência. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** explicou que não quer entrar no detalhe da Conferência, por que é pior do que se imagina essa questão da Conferência. Depois na Comissão será esclarecida essa questão, pois a Conferência Nacional, elaborada pelo Conselho Nacional de Saúde, tem alteração de data a cada dois dias. O que prejudica a organização da Conferência do nosso Estado. **Sr. Jonas (CUT)** reforçou o que o Nilson colocou, a partir do momento em que você prioriza a comissão de origem por um período da Comissão Organizadora acaba prejudicando os trabalhos da Comissão da Conferência. Reforçou que a Comissão Organizadora deve ser priorizada sempre. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** disse que no momento da criação da Comissão

Organizadora foi deixado claro essa questão. Fez a seguinte proposta, fechar este Calendário, mas a Plenária pode alterar a data conforme a necessidade e citou o exemplo recente da criação de um feriado num dia de reunião marcada em que se precisou a aprovação *ad referendum*. O Calendário é para ter noção e o Calendário é dinâmico e tem que tomar cuidado com o período mínimo entre reuniões senão nem pauta tem. Perguntou se tem alguém contra essa sugestão. Colocou em votação, aprovado. Sexto assunto. Relatório final de Capacitação dos Conselheiros das seguintes Regionais: primeira, terceira, nona, décima segunda e décima sétima. Com a palavra a Comissão de Educação Permanente. **Sra. Gisele (Escola de Saúde Pública do Paraná)** apresentou o resultado qualitativo das capacitações com alguns números, dificuldades, motivações, depoimentos e itens trabalhados nestas capacitações. **(F8)** continuou a apresentação. **Sr. José Leite (SINDPREVS)** acompanhando o resultado viu que o desenvolvimento é uma mudança de conceito e atuação dos Conselheiros. Acha louvável e necessário, pois muitos Conselheiros não sabem o que estão fazendo. Com relação à frequência está satisfatório pois nunca poderia ser pretensioso a ter alto índice de frequência mas a divulgação tende a crescer o número de frequentadores e solicitantes do Curso. Grande passo. Parabenizou a equipe. **Sra. Michele (Mulheres Negras do Paraná)** gostou do retorno apresentado pela equipe e questionou se foi pesquisado os perfis dos Conselheiros participantes, localidade, idade, orientação sexual, gênero, etc.... **D. Rosalina (ASSEMPA)** o relatório apresentado parcial do Curso das cinco Regionais, foi apresentado o que aconteceu no Curso, mas trata-se de um projeto piloto, então mapearam os lados positivos e negativos para então poder trabalhar com outras cinco Regionais. Disse da dificuldade para fechar a equipe de facilitadores. Falou sobre a preparação dos facilitadores e do material apresentado para o curso e a experiência repassada aos facilitadores. Na questão da Michele sobre os perfis, será feita esta pesquisa e colocada na apresentação futura. O mais importante e positivo foi a troca entre os Conselheiros jovens e os mais experientes, quanto ao ponto negativo, foi a falta de aprovação por parte dos Gestores uma vez que os Conselheiros irão saber mais que eles. Tanto que foi necessário que o Neto fizesse uma reunião com os Secretários de Saúde para esclarecer o direito dos Conselheiros em se preparar e a importância do Curso para a melhoria na participação deles no Controle Social. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDINAPI)** recordou e parabenizou a equipe uma vez que acompanhou de perto a alegria dos Conselheiros em receber os certificados. Lembrou que em dois mil e três teve uma proposta de resolução quando um projeto nacional de capacitação e desdobramento nos estados, para reestruturar os conselhos estaduais e definir o aporte de recursos financeiros para a capacitação. Ficou parado e já começou a trabalhar e por isso é um estimulo para nunca parar. **Sr. Amauri (ANEPS)** aproveitou esse momento para sugerir que todos os Conselheiros sejam preparados e capacitados. Precisa ser investido na educação para fortalecer o pulso dos conselhos municipais. E inclusive aproveitar isso na Conferência. Sugeriu isso. **Sra. Gisele (Escola de Saúde Pública do Paraná)** citou que tem o formulário *on line*, mas nem todos fizeram por não entender a importância de preenchimento de todos os campos, mas o Curso que está em andamento todas as inscrições foram feitas no FORMSUS então ficará mais fácil para manusear e compilar os dados para a pesquisa citada. E também se vê uma mudança de visão dos Gestores. Sobre aumentar o número de Conselheiros em capacitação está sendo estudado um curso rápido de oito horas para iniciar os Conselheiros e tornar os Conselheiros dos cursos de cento e trinta e seis horas se tornem auxiliares de Conselho. E já saiu da ideia de projeto e sim agora curso fixo. Tornando assim mais fácil garantir equipes de facilitadores. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** explanou a respeito da posição da Mesa Diretoria e presidência do Conselho frente ao Curso de Conselheiros, pois exige muito desta direção e muito gratificante, pediu que a próxima Mesa Diretora mantivesse esta proposta uma vez que este trabalho torna muito mais capacitados os Conselheiros e maior apoio para este Conselho. Falou que a Dona Rosalina pediu que os Conselheiros Estaduais que tiveram a oportunidade de participar deste Curso ergam as mãos. Foram aplaudidos. Falou a importância em apoiar dentro das turmas que os Conselheiros Estaduais no Curso. **(F9) Sr. Jeremias (UEL)** elogiou a Comissão de Educação Permanente em relação ao Curso, pois teve contato com alunos de Londrina e eles elogiaram bastante, testemunha que só tem aprovação do Curso de Conselheiros. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** disse que como facilitador de Londrina, foi muito proveitosa e satisfatória. Passou ao assunto: o feriado do dia dezenove de dezembro ser feriado pela Emancipação do Estado. Sugeriu que antecipasse para dia dezoito a reunião, na Funpar, de manhã as reuniões das Comissões e almoço e à tarde a Plenária no Hotel Nikko. As Comissões teriam que dividir salas, pois não teriam as Comissões da tarde. A pauta está enxuta,

sem problemas, bem como há uma pauta para as Comissões referente do Ministério Público para discutirem e debaterem à tarde no Pleno. **Sra. Irene (FESSMUC)** já justificou ausência, pois neste mesmo dia tem a Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador. Sugeriu que não fazer reuniões das Comissões de duas horas sem dividir as salas, pois há Conselheiros que participam de duas Comissões. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** apoiou a sugestão e abriu como proposta. Colocou em votação, aprovado. Ficando apenas pendente a definição da sala para a Plenária da tarde. Saída para almoço retorno previsto para as treze e trinta. **(F10) Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** retomou a reunião às treze e trinta e cinco. Com quórum deu prosseguimento. Passou à Secretaria Executiva para justificativa. **Sr. Maurício (Secretaria Executiva)** cumprimentou a todos e informou a justificativa de Érica Ana Hobold da Pastoral da Criança. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** nas Comissões que pediram pauta, Educação Permanente, Acesso ao SUS já tinha apresentado de manhã, Comissão Organizadora da décima primeira Conferência e Orçamento. **D. Rosalina (ASSEMPA)** sobre a Comissão de Comunicação e Educação Permanente fez um informe do trabalho ontem com a coordenação de Plenária e tiveram várias visitas de Conselheiros de Cascavel e pautaram para a reunião de dezembro pois avançaram muito em educação mas não conseguiram avançar em comunicação. E dentro desta provocação pelo Conselho Nacional e a necessidade dos conselhos estaduais que tenham comunicação com metodologia para abordar o cidadão que não participa de Conselho e a sociedade que não conhecem a Política do SUS e o Conselho Nacional exige que seja divulgado e comunicado essa Política para seu fortalecimento. A Comissão tem isso como um trabalho pendente e muitas vezes foram reunidos, mas não conseguiram e na Oficina no Rio de Janeiro foi discutido para trazer as universidades e demais formadores que trabalham com a comunidade mas ainda assim não se aproximam da realidade do Conselho. Por isso a Comissão deixou como ponto de pauta o início do trabalho de elaboração e implementação do plano de comunicação do Conselho. Isso num primeiro momento está sendo solicitado que o Núcleo de Comunicação da SESA e um estagiário de jornalismo para integrar a Comissão. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** complementou que na data de ontem foi feito um debate na reunião para fazer os pilares da interiorização do Conselho Estadual de Saúde do Estado do Paraná junto aos conselhos municipais de saúde afinal são peças fundamentais para que se possa fazer este elo. Próxima Comissão: Organizadora da Conferência Estadual de Saúde. **Sra. Cleide (SESA)** informou que na data de ontem foi a primeira reunião e foi tomado conhecimento de pontos preocupantes: primeiro, esse ano tiveram a informação que a etapa das conferências estaduais e municipais deveriam ser até outubro de dois mil e quinze, sendo que a Nacional está prevista para novembro e que o tempo seria de março a outubro. E com esta informação a Mesa foi verificar local e em que época seria mais interessante fazer a Conferência Estadual e em Curitiba, como foram suspensos muitos eventos por conta da Copa, muitos eventos foram jogados para ano que vem e com isso gerou problemas para encontrar um local bom, de fácil acesso e grande para comportar o evento da Conferência. A data verificada possível e o local bom, Expotrade no início de setembro, então a Secretaria Executiva fez a reserva do local. E na semana passada que receberam novo documento, do Conselho Nacional que o período de realização das etapas municipais e estaduais seria de abril a julho de dois mil e quinze. Se for até julho, terá um problema sério para encontrar local, atropelamento com as municipais. Sugere que a Solange (representante do Conselho Nacional) estará semana que vem em Brasília num processo de discussão com a Comissão Organizadora da Conferência Nacional, mas a Solange precisa levar a posição do Paraná com esta preocupação. Para ela poder ter um poder de argumentação mais concreto, pediram para encaminhar uma resolução do Conselho com as datas, local de onde e como se realizaria a Conferência Estadual? Então é necessário verificar se o Conselho está de acordo com as datas dos dias dois, três e quatro de setembro e com o local, estando de acordo, se concordam em elaborar uma resolução para encaminhar ao Conselho Nacional. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** explicou que a Solange estará indo a Brasília, pois o convite era ao presidente do Conselho Estadual de Saúde, mas em caso de não puder comparecer, enviasse um representante membro da Mesa Diretora do Conselho. Então por pressão, optou-se pela Solange. **Sr. Sérgio Doszanet (FAMOPAR)** salientou que se forem mudadas estas datas, Ponta Grossa também será prejudicada, pois sua Conferência já esta marcada para dia dezessete e dezoito de julho e tem as pré conferências de março até junho. Prejudica o andamento no Município. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** pediu que os municípios que já tem suas conferências agendadas envie a informação para levar também. Uma vez que nem se sabe como irá ser feito se o Conselho Nacional mantiver a alteração de datas. **Sra. Irene**

(FESSMUC) não discorda das datas e nem a Solange levar o documento, mas quer levantar uma questão dos processos, pois quem assina os documentos que entram em vigor é o Secretário de Saúde e tem trinta dias para assinar. Não pode ser deliberado que ela entregue outro documento oficial? Pode não dar tempo. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** explicou que quem assina a resolução é o presidente do Conselho, o Secretário homologa, e neste caso é possível levar uma resolução aprovada pelo Conselho e pendente de homologação, pois não precisa de pareceres. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** informou que ontem acompanhando pela Mesa, uma vez que não participa da Comissão, esta elegeu seus coordenadores que é a Cleide e o Jonas como adjunto e os relatores, Nilson e Ely. Foi subdividida em Comissões de Estrutura, Inscrição, etc. E o que causa insegurança é que se tem conhecimento que a delegação de São Paulo peitou e realizou depois não puderam se inscrever foram para a Conferência, foram bancados pelo Estado, como protesto destas mudanças. Por isso sugere que levantem o máximo de documentos para se respaldarem, e eles abrirem exceção para serem inscritos na Nacional. **Sr. José Leite (SINDPREVS)** acha que neste caso não é resolução e sim fazer o levantamento dos municípios que tenham agendado as datas de conferências e fazer uma moção de reconsideração, o nome é esse, colocar nos considerandos a listagem dos municípios e não há necessidade de resolução. Não precisa de homologação do Estado e sim a aprovação deste Pleno apenas. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** a Comissão já orientou que independente dessa situação precisa das datas para fazer as licitações e essa resolução além de andar os trabalhos é um documento de fortalecimento. Diz do prejuízo do Estado. Podem ser feitos outros documentos, mas a resolução já ajuda a dar andamento em alguns processos, mesmo que em andamento. **Sra. Cleide (SESA)** reforçou a situação da Comissão junto à necessidade deste documento. **Sr. Jonas (CUT)** há uma questão que precede, que é a Conferência de Saúde do Trabalhador, aonde foram atropelados, deram conta, pois tinha a Conferência agendada para novembro e foi jogado para dezembro porque não tinha local apropriado para fazer o evento. Considera uma brincadeira com os conselhos estaduais e municipais. Sem contar que Foz já fez e precisa ver uma forma de não prejudicar a Conferência já executada. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** diz que precisa colocar um mês de dois mil e catorze para contemplar Foz. **Sr. Jeremias (UEL)** apoiou a fala do Sr. Jonas, tendo antecipado o que ele iria falar, ratificou e apoiou a fala dele. Precisam ser alertados no Conselho Nacional os ritos e prazos para poderem se organizar e manter a qualidade das Conferências, parecem que estão brincando. **Sr. Livaldo (MOPS)** concordou com a Cleide com a manutenção de documentos, esses documentos são aprovados na Cofin do financiamento, pois é ele quem dá as diretrizes de datas, custos etc... para o Conselho Nacional de Saúde é a Cofin onde o Ronald é o vice-presidente do Conselho Nacional de Saúde. Terá reunião na quarta-feira sobre as datas da Conferência Nacional que saiu e há ponderação nas datas. E informa que por representar o MOPS Nacional sabe que eles têm grande respeito pelos estados, todo esse trabalho feito lá, é repassado aos conselhos estaduais e todas essas ações que são discutidas são com base na Cofin. Quarta e quinta terá reunião, para discutir a Conferência Nacional de Saúde. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** salientou que o Conselho Estadual de Saúde do Estado do Paraná, desde o mês passado está com a data mais ou menos fechada e independente dos motivos da alteração do Conselho Nacional de Saúde, achou de extremo mau tom e desrespeito. Soltando nota de convocação, inclusive a pessoa que deu entrevista sobre a data, foi falado ao telefone e ela disse que nem ela sabia direito mais. O certo seria não terem soltado notas sobre as datas. Explanou sobre a dificuldade de municípios grandes efetuarem suas locais para programar a municipal. **(F11)** com as novas datas é impossível fazer em tempo hábil. **Sr. Livaldo (MOPS)** frisou a Sra. Cleide que estes documentos mudam de hora em hora lá. **Sr. Maurício (Secretaria Executiva)** complementou que na quarta-feira última, subsidiou o material da Comissão Organizadora da décima primeira Conferência do Estado do Paraná e tinha de posse uma informação de vinte de agosto e outra do dia quinze de setembro e ao entrar em contato para tomar informações no Conselho Nacional de Saúde, falou com três pessoas, a última seria a pessoa do jornalista Paraíba e que deu a entender anotar todas as questões e prometeu um retorno não dado até hoje. Falou também com a Sra. Lidia, a pessoa que deu a entrevista postada no *site* do CNS não sabia de fato destas informações. Não é raro a falta de informações, em caso de viagens dos Conselheiros a Brasília, falta de dados como data, local, para compra de passagens e realizar as reservas de hospedagens. E assim, fica realmente difícil poder organizar um evento deste porte no Estado do Paraná. Dificulta muito o trabalho na Secretaria Executiva. **Sra. Maria Lucia (ASSEMPA)** sugeriu que todas as conversas com Brasília sejam feitas por escrito, por *e-mail*, imprimir toda a

documentação. E assim possam trabalhar com os municípios e apresentar no Pleno também. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** em relação a tudo o que foi dito sobre a Conferência da Saúde do Trabalhador, um mês antes da Conferência, foram chamados a Brasília, porque o Conselho Nacional resolveu usar o Sisconferência na Conferência, foram ao treinamento, e tiveram problemas de horário de início do treinamento. E por ser em cima da hora, já tinham o local definido, já tinha sido feito das Macrorregionais e não tinha como instalar, em uma semana, rede de internet e computadores para usar o Sisconferência. É um sistema que exige internet boa, e se preocupa que eles queiram usar este sistema, tem que ser previsto agora. E foi convocado esta semana, que os relatores das estaduais viagem a Brasília para ajudar na relatoria da Conferência Nacional porque está faltando gente. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** não acredita que haja dúvidas da necessidade da resolução. Então sugeriu a mudança da data de início das municipais e alterou para outubro para pegar todas. **Sr. Livaldo (MOPS)** pediu questão de ordem. Falou para a Sra. Cleide que precisam saber para levar aos municípios o tempo que tem para entregar os nomes. **Sra. Irene (FESSMUC)** pediu questão de ordem, começou decidindo o pedido de uma resolução e aí no meio surgiu a questão da Conferência de Foz do Iguaçu, ela entende que devem discutir a Conferência de Foz, pois é feito por etapas, municipais, estaduais e nacional. Mas como alterar a data para abranger a de Foz se não sabem se a Conferência de Foz atendeu os regulamentos, regimento. Como foi feita a Conferência, como tiraram os delegados para a Estadual? Não está fazendo juízo de valor, apenas acha que estão misturando dois assuntos. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** esclareceu que uma coisa é prever uma situação e se no futuro perceberem que não foram escolhidos a contento e não se devem enviar os delegados de Foz, esta será comunicada. Outra coisa é fazer uma resolução que depois vê-se que dava para acolher e por uma questão de não por uma data e perder isso. É só um cuidado que se tem para respeitar os municípios. Essa resolução dará base, não só para resolver o problema do Conselho Nacional, mas para a Comissão poder começar os trabalhos e sem ela fica difícil dar os primeiros passos. Essa resolução não trará nada além de datas. **Sra. Cleide (SESA)** esclareceu que a questão de datas nada influencia de como deve ser analisado de que forma foram tirados os delegados. Mas que o informe da CNS fala em abril de dois mil e catorze. Porque está saindo agora, e eles não descrevem se terá que ser feito uma plenária para escolher seus delegados. Então, isso deverá ser discutido e isso será discutido pela Solange lá. **Sr. José Leite (SINDPREVS)** preocupa-se com a questão da eleição de delegados para a Conferência Estadual de Saúde, qual o critério e quantitativo utilizado. Chamou a atenção da forma uma vez que o mapeamento é feito pela Comissão. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** para ele fechou, colocam as datas do estadual e depois faz se uma nova resolução com as dos municípios. **Sra. Michele (Mulheres Negras do Paraná)** informou que faz parte do CNS, e está acompanhando pelo Pleno estas discussões lá, e sabe que a data foi mudada, mas que ainda não passou por votação em cinco de dezembro. Não concorda que saiu a nota antes de ter a data definida. Quanto a ser abril de dois mil e catorze foi erro de digitação. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** diz que isso já ajuda. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** disse que o Conselho Estadual tem que garantir a feitura das Conferências, a partir disso, aciona o Conselho Nacional, ou informa que o intuito não é descumprir e sim manter a determinação e fazer as trezentos e noventa e nove Conferências e que isso implica em retirada de delegados e implica na organização da Conferência Estadual de Saúde e para conseguir local para setembro de dois mil e quinze. Tem que fazer uma justificativa que para poder fazer a Conferência Estadual e se não definir estes prazos agora os municípios não conseguirão se organizar. Sobre Foz, concorda com a Irene, mas ressalva que antes de pré julgar, manda um expediente para que construam em Plenário a justificativa deles e mande ao Conselho Estadual a relação de participantes e se tem delegados já eleitos. Senão será feito como o Nacional despeja e pronto. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** a ideia inicial era fazer a resolução, segundo sugeriu fazer um novo documento para a Solange colocar a argumentação para colocar em Brasília, terceiro acredita que deve ser falha de digitação. Retira-se a questão das municipais e baseia-se principalmente na questão da Estadual Colocou em processo de votação da resolução das datas da Conferência Nacional. Aprovado. Agora, o Conselho acha que só a Resolução não é documento tão forte para conseguir demonstrar em Brasília, ou deve-se criar uma moção de reconsideração, mas como a Michele falou não é um documento oficial ainda, como fazer uma moção, tem que ver o processo a seguir. **Sr. Jonas (CUT)** acha que o objetivo desta reunião que a Solange vai, ela vai para contribuir com a Conferência e ele acha que só a Resolução e a presença da Solange já basta para o Estado do Paraná contribuir. **Sr. José Leite (SINDPREVS)** cabe à Secretaria Executiva levantar os municípios para embasar melhor a Solange quando chegar

a Brasília. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** o convite é pra alinhar as Conferências com a Conferência Nacional, talvez chegue lá esteja resolvido e eles não voltem atrás. Mas tem aqui dois Conselheiros que estarão participando, inclusive um com poder de voto. Para ela é inadmissível tendo participado de todo este debate, que a Michele e que o Livaldo não façam o debate que é inaceitável o adiantamento do prazo. E acredita que não seja só no Paraná este reboliço. Esses documentos são importantes, mas acha importante que eles debatam em seus campos para o não adiantamento. Sugeriu que eles debatam nas instâncias respectivas. **Sra. Irene (FESSMUC)** acha que está debatido sem necessidade. Sugere um documento se a data tivesse fechada. Propõe que as pessoas, Conselheiros, e um empenho da Secretaria Executiva para a Solange montar uma argumentação consistente. **Sr. Amauri (ANEPS)** muito do que iria falar já foi falado. Então apenas está reforçando que o esforço maior será da Solange. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** disse que a presença da Solange é única, não que o documento não subsidie, mas que o documento com as datas dos municípios é de suma importância. **Sra. Cleide (SESA)** complementou que na reunião de ontem, foi debatido para um futuro próximo, a necessidade de montar as sub comissões para dar início imediato para a questão de infraestrutura, **(F12)** de credenciamento e inscrição, de comunicação e divulgação e a Comissão Eleitoral que é tirada aqui do Pleno. Mais uma situação combinada na Comissão é que estará dividida entre todas as outras Comissões. E que precisam já do indicativo do Conselho quem mais comporta estas sub comissões. Então estas pessoas tenham disponibilidade de auxiliar a construir a Conferência. Nas sub comissões: O Nilson e a Ely, comporão a sub comissão de relatoria, na sub comissão de Comunicação e Divulgação o Livaldo e o Jonas. A de Infraestrutura a Malu e a Cleide, de Credenciamento e Inscrição a Solange e a Sônia. Por isso o Conselho precisa indicar os membros que comporão as sub comissões. O regulamento é a questão mais urgente, mas isso só poderá ser feito após as sub comissões estarem montadas. **Sra. Syr Dária (Fórum ONG AIDS)** se colocou à disposição. **Sra. Cleide (SESA)** respondeu que pensaram nela na Comunicação. **Sra. Syr Dária (Fórum ONG AIDS)** perfeito. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** não foi discutido na Comissão quantas pessoas precisam em cada sub comissão, sendo assim, posteriormente serão trazidos os nomes para o Conselho votar. **Sr. Rangel (FEHOSPAR)** Comissão de Orçamento. Em setembro quando estava sendo discutido o relatório segundo quadrimestre do Orçamento, foi apresentado o Acórdão duzentos e catorze de dois mil e catorze do TCE que sugeria algumas colocações e até apresentou o Leite das Crianças e o SAS como Orçamento da Saúde. Ontem tiveram a visita do Sr. José Mario representante do TCE que apresentou o relatório para eles. Tinham algumas dúvidas que foram esclarecidas e definiram algumas coisas. Resolveram então que os Conselheiros tenham acesso a essas informações e se não tiverem devem procurar o Conselho Estadual para ter essas informações do Leite das Crianças nos municípios. A Comissão também solicitou o relatório da SESA de acompanhamento do Leite das Crianças para apresentar no Pleno. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDINAPI)** questionou se foi feito o encaminhamento para a Secretaria Executiva. **Sr. Rangel (FEHOSPAR)** respondeu que sim. Referente ao SAS, o TCE também entende que foi gasto em saúde, mas a Comissão tem posição contrária, também pediu às entidades da Comissão e do Conselho que tragam sugestões que possam substituir essa questão do SAS no Orçamento. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** tem uma pauta que veio agora, lembrete, quanto ao amigo secreto, se quem quiser participar pode colocar o nome na lista que está passando. O Neto pediu que o Jonas fale sobre a questão de Campo Mourão. **Sr. Jonas (CUT)** pediu para o João e a Michele fizessem o relato do que viram lá para então ele falar a respeito. **Sr. Amauri (DEFIPAR)** com relação ao parecer do TCE o representante sugeriu que o Conselho fizesse uma consulta sobre esse entendimento diferente que o Conselho tem em relação a SESA. E o acórdão que fizeram foi baseado nas argumentações da SESA. Como surgiu dúvidas acerca do caso, eles convenceram os Conselheiros de que eles têm razão, mas com as dúvidas até eles ficaram pendentes e entendem que precisam de consulta para gerar jurisprudência e nos próximos exercícios seja retirado. Ele faz o encaminhamento de que o Conselho faça essa consulta ao TCE. Quanto ao Leite das Crianças que ele também questionou e o Rangel disse que pode procurar nos municípios para acompanhar. Encaminhou que o Conselho tome uma decisão para legitimar o direito dos Conselheiros analisarem as documentações nos municípios conforme sugerido pelo representante do TCE. Uma vez que é necessário laudo nutricional que justifique o fornecimento de leite por carência nutricional. Os que têm, comprovado o gasto com saúde, e os demais é distribuição do leite. Sabe se que a principal exigência é a questão da renda, então não se sabe até onde é utilizado como suplemento de

carência nutricional ou não. No relatório da SESA é preciso que eles apresentem o que está sendo feito. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** pediu desculpa a questão de passar a fala para o Amauri. Perguntou a Comissão de Orçamento sobre este pedido do Amauri que o Conselho monte um argumento de porquê este Conselho precisa ter acesso aos documentos, esta sugestão está descrita para a Executiva ou é algo novo para além da Comissão de Orçamento? **Sr. Rangel (FEHOSPAR)** informou que eles apresentaram ao TCE seus argumentos e o TCE ficou em dúvida e pediu para que chegue ao Conselho a interpretação deles. Será decidido na próxima reunião da Comissão qual instrumento legal ou administrativo para não incorrer em qualquer outro questionamento posteriormente. E será trazido na próxima Plenária. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** confirmou que será colocada em pauta na próxima reunião. **Sr. Amauri (DEFIPAR)** entende que como a Comissão não tem a competência devida para emissão de documento externo teria que passar pelo Conselho. **Sr. Rangel (FEHOSPAR)** informou que será amadurecido na reunião. Reafirmou a questão do Programa do Leite das Crianças que fica desconfortável pedir a exclusão uma vez que foi aprovado o Orçamento. **Sr. Sezifredo (SESA)** disse que acredita que não foi falado sobre a apresentação do Juliano da SESA acerca do acompanhamento do Leite das Crianças. Explicou que o leite distribuído não é igual ao leite comercializado. É misturado um premix. É feito monitoramento desta parte, pelo Ministério da Agricultura. Em relação à questão da carência nutricional nunca foi dito que o leite não tenha essa relevância. Pediu para ter a oportunidade de trazer ao Conselho os detalhes e apresentar o acompanhamento do leite das crianças. Informou que nos últimos quatro anos foram descredenciadas dezessete usinas por desconformidade. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** informou que a Comissão de Orçamento está tomando uma medida e pediu o apoio do Conselho neste sentido. O TCE fez um acórdão, e detectaram que o acórdão lido pelo representante do TCE não continha nada sobre o HPM. Tinha uma versão diferente do que foi entregue a este Conselho. Pede apenas esclarecimento, não se trata de acusação. Precisam reler o acórdão e rever o documento lido na Comissão. Disse que procurará na página do TCE conforme instrução do representante do TCE. Segunda questão: se foi feito um acórdão e este Conselho considera que este acórdão não deve ser acolhido e o Gestor acolher, aí é outra história. A Comissão está tomando o seguinte rumo: qual a maneira legal de pedir a revisão do acórdão ao TCE? E ela acha que qualquer entidade possa fazer e este Conselho também. E por último, ela se recorda que no Orçamento, a Assembleia Legislativa disse no Pleno do Conselho em dois mil e onze que ia ser excluído o SAS, HPM e Programa do Leite. As ações públicas de uma autoridade no ponto de vista dela também valem e muito. Mas lembra de que o Doutor Marco Antônio disse a respeito duas sessões atrás e volta a frisar que enquanto não tiver dados não poderá mudar sua opinião, mas de qualquer forma este recurso deveria sair da pasta referente e não da Saúde. **Sra. Cleide (SESA)** assumiu que ela que havia dito que o leite era o mesmo que era comercializado, e que ainda tinha dúvidas, pois não sabia que era enriquecido e que as mães com HIV Positivo também adquirem o leite deste Programa. E foi onde debateram e a SESA deveria vir fazer uma apresentação. **Sr. Rangel (FEHOSPAR)** pediu questão de ordem, pois este assunto do Leite das Crianças não está em pauta. E sim o encaminhamento que a SESA faça uma apresentação sobre o acompanhamento e avaliação do Programa. Segundo que seja apresentado até a próxima reunião da Comissão, uma contribuição para que se chegue ao documento legal essa posição diferente referente a estas três iniciativas. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** pediu aos Conselheiros que se mantenham dentro da pauta. **Sr. Sezifredo (SESA)** pediu desculpas, pois achou que era alguém da SESA quem tinha falado e sabe que a informação não chega de forma adequada a todos e dizer que o leite para as crianças que tem HIV não faz parte do Programa Leite das Crianças. **Sr. Rangel (FEHOSPAR) (F13)** passa informação de um evento. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** comunica a todos que ficou então marcada para dia dezoito a reunião das Comissões na Funpar pela manhã e à tarde a reunião ordinária no auditório do Hotel Nikko. Os horários das reuniões das Comissões das oito às dez, outras das dez ao meio-dia e as que tiverem pauta mais cheia será alocado em sala para reunião de manhã toda. **Sr. João Maria Chagas (IBDa)** falou sobre a visita feita à Universidade de Campo Mourão, junto com a Michele e a Patrícia no dia vinte e quatro e vinte e cinco, foi um trabalho extenso, verificado todos os documentos e programas que a Entidade tem com a saúde e foi muito satisfatório tomar conhecimento de tantas ações e programas que a Universidade faz em parceria com a SESA inclusive um programa chamado Assistir quem Assiste, na área de saúde mental, trabalhando com as unidades de saúde dando tratamento psicológico em duas unidades e indo para a terceira, visitou os hospitais e a secretaria de

saúde até que ponto a Universidade atua em Campo Mourão. **Sra. Michele (Mulheres Negras do Paraná)** passou uma apresentação acerca do curso aberto de psicologia da Faculdade que tem uma avaliação insatisfatória pelo Conselho Nacional, porém o curso continua aberto e sendo aplicado. Fala sobre as razões da visita deles ao local bem como todo o corpo profissional da região, perfil de estudantes. **Sr. Jonas (CUT)** pediu para justificar sua ausência neste convite, mas a questão era dificuldade de recursos para hospedagem. Colocou que procurou o Conselho Nacional, mas que se tratava de contrapartida do Conselho do Estado e acredita que as deliberações feitas no Pleno devam vir acompanhadas de recursos para o Conselheiro poder fazer a visita. Acredita que deva haver a contrapartida do Estado para os municípios. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** perguntou se o Sr. Jonas gostaria de ficasse relatado que não houve ajuda e recomendação que isso não aconteça dentro do Conselho. **Sr. Jonas (CUT)** concordou que se trata disso e que se o Conselho delibera tem que arcar com as custas para o Conselheiro. **Sr. Jeremias (UEL)** pediu esclarecimento, pois seu nome também foi cogitado para ir, por outras razões, mas acredita que quando o Conselho delibera um Conselheiro em alguma atividade, implica em arcar com todos os ônus e meios para que seja viabilizado de fato. Então pede esclarecimentos à Mesa porque não foram viabilizados meios para que o Jonas pudesse participar. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** pediu para a Secretaria Executiva responder ao questionamento feito. **Sr. Jonas (CUT)** complementou que muito se perde quando não participam destes convites, graças que o João e a Michele puderam ir, porque senão seria uma perda irreparável como é para quem não pode participar. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** em relação a isto há muita dificuldade para ir ao interior e reserva de hotel e passagem, sugeriu que contratassem uma empresa de turismo para que facilite isso, a contratação de hotel e compra de passagem necessárias. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** disse que será colocado isso na próxima reunião da Mesa para conversarem a respeito e em uma reunião futura a Mesa se pronuncia a respeito. **Sr. Maurício (Secretaria Executiva)** esclareceu que o oficio do Conselho Nacional encaminhado à Secretaria não trazia essa informação e o que tinha como subsidiar era a passagem, hospedagem não há como devido a falta de recursos imediatos e ser fora da cidade de Curitiba. Então, hospedagem e alimentação seria a cargo do Conselho Nacional uma vez que ele pleiteou esta visita. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** existe um encaminhamento que a Secretaria Executiva vai colocar na pauta da Mesa sobre estes casos em que há visitas fora da cidade de Curitiba, como serão feitas. **Sr. Jonas (CUT)** acha muito complicado que tem só a questão de transporte e isso é muito sério. Uma atividade de dois dias e não ter hospedagem. Não pode deliberar dentro do Pleno enquanto não tiver solucionado este problema. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** afirmou que o encaminhamento foi feito. Passou para os informes. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDINAPI)** informou que o Sindinapi em parceria com o CRF os professores e alunos de Farmácia da Unopar da cidade de Arapongas, promoveram na praça matriz das oito às doze horas uma ação conjunta no dia catorze de novembro – Dia de Prevenção de Diabetes, fazendo testes e distribuindo panfletos. No dia vinte e seis de novembro foi feito outra ação na sede do Sindicato, foi feito uma ação sobre o Novembro Azul também das oito às doze horas, com palestra. **Sra. Syr Dária (Fórum ONG AIDS)** informou que no dia primeiro de dezembro estará em Brasília a convite do Ministério da Saúde onde será apresentado uma ação do Dia de Luta pela AIDS, e estará representando a CNAIDS. Com seminários, palestras, apresentações e lançamento de livro. **(F14) Sr. Amauri (ANEPS)** participaram do décimo sétimo no Rio de Janeiro, com oito delegados e esse evento é importante por tratar de questões de enfrentamento DST/Aids, falaram sobre recursos estacionados para o combate a Aids, e que no Paraná precisam retomar as conversas, pois a Aids está crescendo no Estado. No dia primeiro haverá muitas ações governamentais, os municípios também farão. Precisam voltar a falar sobre este ponto, sem preconceito. No Sul os infectados crescem de forma galopante e precisam cuidar de suas crianças, mulheres, velhinhos infectados. **Sra. Edna Soares da Silva (ANEPS)** informou que ela e o Amauri estiveram participando em Porto Alegre nos dias catorze, quinze e dezesseis de novembro do segundo Vivendo da Região Sul, ajudando nas propostas para as pessoas que vivem e convivem com o HIV/Aids, também participou do primeiro encontro extraordinário de ética e psquisa dos usuários, como usuária e foi interessante porque tinha ideia de ser um membro figurativo no Comitê, e lá teve muita informação e tem outra visão. **D. Rosalina (ASSEMPA)** primeiro informe, a Comissão de Educação Permanente realizou nos dias treze e catorze a Capacitação dos Facilitadores tinha algumas regionais que tinham trazido uma preocupação dizendo que o secretário não queria o curso ainda este ano e era a regional que

mandou ofício para a secretaria pedindo o Curso. Então foram feitas reuniões com as regionais e conseguiram que todas aceitassem fazer o primeiro módulo. Ela irá a Ivaiporã numa reunião porque o Assessor do Conselho não entendeu a proposta e ele traz uma proposta de fazer um ato político na Câmara de Vereadores. Outro informe o Conselho Municipal da Saúde de Mulher em Londrina que ela preside agora, estão trabalhando ações de combate à violência do dia oito a vinte e cinco de novembro. No dia vinte e cinco o Sindicato dos Bancários fez uma palestra com duas advogadas trazendo a questão das leis e locais que não estão cumprindo e o Sindicato lançou uma revista sobre assédio sexual e moral no local de trabalho. **Sra. Marcia Zambrim (Pastoral da Saúde)** completando o falado pela Sra. Rosalina, esse segundo projeto estão nas Regionais, Curitiba, sete turmas, Cascavel seis, Maringá oito, Apucarana quatro e Ivaiporã com quatro. Então, os Conselheiros Estaduais poderão participar. E onde não completou turma podem ter alunos ouvintes. Outro informe é que no dia onze a catorze de novembro teve em Cornélio Procópio, um seminário da Pastoral da Saúde onde foi trabalhada a prevenção e a promoção da saúde. **Sra. Irene (FESSMUC)** três informes: ontem não conseguiram fazer a reunião da Comissão de Recursos Humanos por falta de Conselheiros, apelou que eles participem principalmente o Segmento de Usuários. O segundo é que tiveram nos dias vinte a vinte e dois de novembro o Encontro Nacional de Mesas de Negociação do SUS, queria registrar a ausência do Gestor da Mesa Estadual especificamente porque cada Mesa poderia mandar um Gestor e um Trabalhador e o Paraná não mandou Gestor. E por fim, no próximo dia cinco, terá na Câmara de Vereadores um debate sobre a saúde em Curitiba, com debate de várias manchetes na imprensa porque há obras, equipamentos e lugares abandonados. **Sra. Michele (Mulheres Negras do Paraná)** também tem dois informes: a participação na Oficina de Pensar Estratégias de Comunicação para a décima quinta Regional, inclusive levando algumas demandas de âmbito regional e estadual. O envolvimento dos agentes de saúde para mobilização além dos conselhos estaduais e municipais. No dia vinte de novembro, a Rede participou do terceiro Encontro de Jovem e Adultos convivendo com o HIV da Região Sul, sobre as necessidades e uma das principais demandas é que fosse feita a articulação entre a Política de Aids e a Política de Saúde de Adolescentes e Jovens eles entendem que tem uma grande dificuldade para que os jovens que convivem com o HIV também consigam uma forma também adequada no que tange a outras problemáticas não só as vinculadas a sua sorologia. **Sra. Elaine (SINDSAÚDE)** lembrou que deixou para todos os Conselheiros um convite a um seminário na semana que vem, na próxima sexta-feira, a partir das oito da manhã em Londrina um debate sobre o modelo de Gestão seja por OS, OSCIP ou por fundação estatal de direito privado abordando também a questão da EBSERH, maiores detalhes estão no *site*. **Sr. Junior Ribeiro da Silva (Força Sindical)** foi discutido na CIST e sugestões de pontes para o fortalecimento do Controle Social nas Políticas de Saúde do Trabalhador dois mil e quinze: incluir o tema de saúde do trabalhador em todas as conferências municipais, realizar uma oficina de saúde do trabalhador nas conferências estaduais, realização da segunda Edição da Campanha “não passe do limite completa do automático”, realização do quarto Ciclo de Debates de Saúde do Trabalhador por regional, realização de seminários por CERESTES para discutir o ramo produtivo e relação de parceria com sindicatos do ramo. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** informou ontem que o Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá esteve na Câmara de Vereadores onde foi votado as Emendas para a LOA dois mil e quinze do Município de Paranaguá, foram vinte e sete emendas, uma era a respeito do Conselho, um recurso para o Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá no valor de vinte mil reais, para custeio dos lanches das reuniões, passagens e material de expedientes. Essa emenda foi a única aprovada ontem, as demais consideradas incorretas. E o recurso do Conselho não sairá da Secretaria de Saúde e sim do Gabinete do prefeito. **Sr. Jonas (CUT)** justificativa de não estar na Comissão de Recursos Humanos, pois estava na Comissão Organizadora. Segundo, Irene, Curitiba tem prédios abandonados, Maringá tem construções públicas iniciadas servindo de mocó e com vários assaltos nas redondezas. A UEM é quem mais tem prédios iniciados e não terminados. Por fim, sobre a capacitação em Maringá ficaram por uma hora no local para só então saber que tinham transferido a Capacitação para quarta-feira e mesmo tendo apenas três inscritos não avisaram para não irem. **Sra. Marcia Zambrim (Pastoral da Saúde)** o que aconteceu em Maringá é com a Assessora, pois ela não está passando os recados. A organização, de avisar onde está sendo as aulas. E infelizmente não eram apenas três, outros problemas aconteceram e pede novamente desculpas pelo ocorrido. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** sugeriu a troca desta Assessora, pois Maringá foi a única que não mandou

representantes na Conferência Temática da Pessoa com Deficiência. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** informa que foi passada a lista do amigo secreto, o presente é de quinze reais, não esquecer o nome do amigo secreto para não esquecer de entregar e a revelação será no dia dezessete num jantar e convidou os Conselheiros que não ficam hospedados no Hotel, que residem em Curitiba e imediações mais a Secretaria Executiva para jantarem com eles, como Confraternização do Conselho. Agradeceu a direção do Hotel pelo atendimento e auxílio de todos no Hotel Nikko. Comunicou que passaram a lista mais cedo devido ao fato de saberem que terminariam mais cedo, porém após assinar a lista muitos Conselheiros saíram esvaziando o quórum, os informes são tão importantes quanto às pautas, é importante todos terem conhecimento e a reunião só acaba quando o presidente encerra. **Sra. Silvana (ASSEMPA)** informou que já está comprovado que o movimento de baixar a cabeça para consultar o celular causa danos irreversíveis à coluna, de forma crescente. Evitem, coloquem o celular em posição que não precise deste movimento. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. O áudio dessa reunião está disponível para consulta na Secretária Executiva do Conselho Estadual de Saúde do Paraná – CES/PR, bem como as apresentações feitas nessa reunião estão disponibilizadas no site do CES/PR (www.conselho.saude.pr.gov.br).